



Educação Bilíngue (Libras/Português): entrelace entre língua política e pedagogia

Bilingual education for deaf people: the interchange between language, politics and pedagogy

Eliana Bär*

Palavras-chave: Educação bilíngue. Surdez. Pedagogia.

Linha Temática: Desenvolvimento Curricular.

O presente texto, que parte de um projeto de investigação mais amplo, visa compreender a Educação bilíngue (Libras/Português) no entrelace dos campos político, linguístico cultural e pedagógico. Para isso, desenvolveu-se uma pesquisa documental e bibliográfica de modo a estruturar uma compreensão conceitual e metodológica do que vem se nominando como educação bilíngue para surdos.

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é oficializada como o meio de comunicação e expressão da comunidade surda brasileira pela Lei Federal nº 10.436/2002. Por sua vez, o Decreto 5.626/2005 regulamentou a citada lei e estipulou, dentre outras medidas, normas no que se refere à inserção da Educação Bilíngue no cenário educativo. No entanto, o debate em torno de uma educação apropriada às pessoas surdas remonta à inauguração do Instituto Nacional de Surdos (1857) e, desde a década de 1980, com a organização de uma base linguística para a então chamada linguagem de sinais, aliada à abertura democrática no país e a organização dos novos movimentos sociais, as comunidades surdas brasileiras vêm reivindicando o direito a uma educação que reconheça sua experiência visual e seus modos próprios de acessar e produzir

* Doutoranda em Educação (Unicamp). Professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, câmpus Palhoça Bilíngue. Eliana.bar@ifsc.edu.br.



conhecimento. Tais movimentos vinculam a educação para surdos às políticas para minorias linguísticas, afastando-se e recusando a representação pela via da deficiência e, por conseguinte, das políticas organizadas pela modalidade de Educação Especial.

Nesse sentido, partimos do pressuposto de que a Educação Bilíngue vem se constituindo a partir do entrelace, de forma necessária, dos campos político, linguístico cultural e pedagógico, marcando suas dimensões conceitual e metodológica. Conceitual implica dizer que tais aspectos são condição necessária para um conceito de educação bilíngue; metodológico indica refletir, à luz da educação escolar atual, as implicações deste conceito para o currículo.

Para a estruturação conceitual citada, utiliza-se o conceito de campo a partir de Bourdieu (1983), para quem o conceito apresenta-se como um espaço estrutural de posições e que por ser regido por leis próprias, detém autonomia. A noção de campo permite inter-relacionar dialeticamente indivíduo e sociedade de modo a afirmar “a existência de espaços sociais específicos nos quais os interesses, as hierarquias, as lutas têm formas e implicações particulares” (CHARTIER, 2002, p. 82).

O campo político educacional compreendido a partir do estudo das lutas do movimento surdo pela educação bilíngue como efeito e produtor da concepção política em torno da educação bilíngue, conforme a base analítica proposta por Silva (2011). O estudo do campo linguístico/cultural deve retomar discussões acumuladas no âmbito da linguística aplicada e da psicologia educacional, em especial nas discussões acerca das políticas linguísticas para a educação bilíngue e as implicações educacionais da linguagem na constituição dos agentes sociais. Para isso, a inter-relação entre língua e cultura proposta por Bakhtin (2014) e Sousa (et al, 2016), contribuem para a apreensão da língua no espaço da construção da cultura e da significação dos sujeitos sobre si e o mundo.

Finalmente, o Campo pedagógico marca as posições pedagógicas próprias da escolar como lugar de mediação formação e transmissão de verdades



(aspecto normativo de qualquer educação), de modo a compreender as especificidades educativas relacionadas à ideia de educação bilíngue para surdos, que estabeleça vínculo com os dois campos anteriores, mas que, para além deles, considere os sujeitos no espaço educativo e, por consequência, estabeleça constructos didáticos e metodológicos que favoreçam o desenvolvimento dos sujeitos surdos no espaço escolar. Apesar das primeiras pesquisas a nível nacional datarem da década de 1980, os estudos científicos investigando os processos e implicações pedagógicos da educação bilíngue para surdos ainda são em número reduzido, ao passo que a regulamentação legal dos temas a ela vinculados também são recentes e carentes de normatização, o que impele à academia um olhar acurado acerca dos caminhos possíveis para esta área.

Referências

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo, 16^a ed, Hucitec, 2014.

BRASIL. Decreto nº5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm> Acesso em: 16 set. 2017.

_____. Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 fev. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/2002/L10436.htm> Acesso em: 16 set. 2017.

BOURDIEU, P. Campo científico. In: ORTIZ, R. (org.). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, p.122-155, 1983.

CHARTIER, R. Le sociologue et l'historien. **Sciences Humaines**, Numéro Spécial, p. 80-85, 2002.

SILVA, V. **A política da diferença: educadores intelectuais surdos em perspectiva**. Florianópolis, Publicação do IFSC, 2011.

SOUZA, R. M., *et al.* **Relatório do Grupo de Trabalho para analisar e propor a implantação da estrutura adequada para atender ensino de Libras e demais questões correlatas**. In: LINS, H. A. de M.; SOUZA, R. M. de; NASCIMENTO, L. C. R. (orgs). Plano Nacional de Educação e as políticas locais para a implantação da educação bilíngue para surdos. Campinas: UNICAMP, 2016.